

**Assunto: PRÉMIOS DE SEGUROS DE VIDA – Nº 1 DO ART. 86º DO CIRS e Nº 2 DO ART.**

Para conhecimento dos serviços e uniformidade de procedimentos, divulga-se o entendimento do despacho do Substituto Legal do Senhor Director-Geral, de 30/06/06, sobre a dedução à colecta de seguro de vida nos termos do art. 86º do CIRS e 16º do EBF.

**PRÉMIOS DE SEGUROS DE VIDA – NÃO DEFICIENTES**

1. Para que os prémios de seguros de vida suportados pelos sujeitos passivos sejam dedutíveis nos termos do nº 1 do art. 86º do CIRS, impõe-se a verificação dos seguintes requisitos:

- Que se trate de seguros de vida que garantam exclusivamente os riscos de morte, invalidez ou velhice;
- Na situação de reforma por velhice, que o benefício seja garantido após os 55 anos de idade, ou seja, que o seguro garanta e preveja o reembolso somente quando o sujeito passivo, pelo menos 55 anos de idade, tenham decorrido cinco anos após a subscrição e o tomador do seguro se encontre na situação de reforma por velhice (situações igualmente cumulativas).

2. Acresce que por força do preceituado no nº 4 do mesmo artigo só relevam os prémios de seguros o pagamento de qualquer capital em vida ao tomador, exceptuada a situação de verificação das situações acima mencionadas.

3. Os contratos de seguros em causa não devem permitir o reembolso fora das condições referidas anteriormente, não sendo dedutíveis as importâncias aplicadas naqueles que permitam o reembolso de qualquer capital anteriormente à verificação dessas situações.

**PRÉMIOS DE SEGUROS DE VIDA – DEFICIENTES**

4. Para usufruição do benefício fiscal estatuído no nº 2 do art. 16º do EBF, para além das condições referidas nos pontos anteriores, é ainda necessário que exista um sujeito passivo com grau de invalidez permanente, igual ou superior a 60%, que figure como primeiro beneficiário do seguro.

Com os melhores cumprimentos

O Subdirector-Geral

---

Manuel Sousa Meireles